



BOLETIM

INFORMATIVO

Centro de Apoio Operacional à Pessoa Idosa
cao.pessoaidosa@mpmt.mp.br



Edição nº 05
junho/2023

SUMÁRIO

01

NOVIDADES LEGISLATIVAS

02

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO

03

MINISTÉRIO PÚBLICO

04

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

05

CONSELHOS NACIONAIS

06

NOTÍCIAS DIVERSAS



EQUIPE CAO-PESSOA IDOSA

Dr. Cláudio César Mateo Cavalcante – Promotor de Justiça Coordenador do
CAO Pessoa Idosa

Dr. João Marcos de Paula Alves - Promotor de Justiça Coordenador- Adjunto
CAO da Pessoa Idosa

Rita de Cássia Arnaut Amadio - Analista Jurídico

Michele de Brito Martins - Auxiliar Ministerial

01- NOVIDADES LEGISLATIVAS

SENADO

CDH discutirá política nacional do idoso - A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou no dia 23 de junho, audiência pública interativa para discutir a política nacional do idoso, instituída pela Lei 8.842, de 1994. A realização da audiência pública foi proposta pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE). Em seu requerimento (REQ 33/2023), ele observa que a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais da população de terceira idade, além de criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Tendo em vista o longo período de vigência dessa norma legal e o atual cenário sociodemográfico em relação à população idosa, é relevante que a comissão discuta a matéria e as ações que têm sido desenvolvidas para sua efetiva implementação, defende o senador. ([Leia na íntegra](#)).

Dados do MPSP subsidiam Comissão de Segurança do Senado Federal - No dia 27/06/2023, o promotor Olavo Pezzotti disse no Senado Federal que "a atuação criminal do Ministério Público de São Paulo é pautada pelo reconhecimento de dois eixos diferentes de criminalidade: a macrocriminalidade e criminalidade de massa". ([Leia na íntegra](#))



CÂMARA

Câmara aprova projeto que institui medidas protetivas para idosos e pessoas com deficiência - A Câmara dos Deputados aprovou no dia 13/06/2023 o Projeto de Lei 4438/21, do Senado, que muda os estatutos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência para incluir medidas protetivas a serem decretadas pelo juiz no caso de violência ou da iminência dela. Para ambos os casos, o projeto lista medidas protetivas semelhantes às constantes da Lei Maria da Penha, relativa à violência contra a mulher. ([Leia na íntegra](#)).



02 - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

MP e parceiros buscam criação de rede de proteção a idosos no estado - Em reunião realizada no dia 22 de junho, no gabinete do procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, membros do Ministério Público de Mato Grosso e representantes do Governo Estadual deliberaram pela criação de um grupo de trabalho que atuará na construção de uma rede de proteção aos idosos no estado, nos moldes da Rede Nacional de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa (Renadi). A proposta é estabelecer uma atuação em rede de integrantes do MPMT e de órgãos governamentais de forma a ampliar e melhorar o fluxo de atendimento das demandas desse público, ganhando eficiência e maior efetividade nas ações. ([Leia na íntegra](#))



Recursos de delações poderão ser destinados à defesa da pessoa idosa - Articulação promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Poder Judiciário busca fomentar a criação e o funcionamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos em Mato Grosso.

A proposta é assegurar que recursos oriundos de colaborações premiadas homologadas pelo Poder Judiciário possam financiar a execução desses serviços nos municípios que manifestarem interesse ([Leia na íntegra](#))

03 - MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público do Acre

MPCE leva a Crateús seminário e exposição fotográfica sobre direitos das pessoas idosas - O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), realizará, no dia 6 de junho, o “1º Seminário para a Garantia de Direitos das Pessoas Idosas de Crateús” e o lançamento da exposição fotográfica Memória de Permanência, na Secretaria de Cultura do município. O evento, que acontece de forma presencial, é promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania (Caocidadania), com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), da Associação Cearense Pró-Idosos (Acepi), do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi) e da Prefeitura Municipal de Crateús. ([Leia na íntegra](#))

MPCE discute implementação de atividades de saúde, cultura e lazer aos idosos acolhidos no abrigo Olavo Bilac - O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 15ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, se reuniu, na noite do dia 19/06, com instituições sociais para debater a implementação de atividades de lazer, cultura, saúde e educação aos acolhidos pela Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Unidade de Abrigo Estadual Olavo Bilac. Participaram do encontro representantes do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), da Associação Cearense Pró-Idosos (Acepi), do Conselho Estadual de Direito do Idoso (Cedi) e do Serviço Social do Comércio (Sesc), além de membros da diretoria e da equipe técnica da unidade. ([Leia na íntegra](#))

Ministério Público do Distrito Federal

MPDFT divulga direitos e canais para o enfrentamento da violência contra idosos - Em 15 de junho é celebrado o Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa. Para fortalecer os direitos dos maiores de 60 anos e alertar a respeito dos principais tipos de violência contra esse grupo, a Central do Idoso (CJI) lançou a versão atualizada da cartilha “Pessoa idosa: direitos, dicas e informações”. [Clique no link](#) e confira a íntegra da publicação. [\(Leia na íntegra\)](#)

Ministério Público Maranhão

MPMA promove seminário sobre programa família acolhedora para idosos - No dia de junho de 2023, foi aberto na sede da Procuradoria-Geral de Justiça o seminário “Família acolhedora como alternativa humanizada ao asilamento de pessoas idosas”. Promovida pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO-PIPD) e da Escola Superior do MPMA, a atividade contou com a presença de membros e servidores da instituição ministerial, representantes de entidades e órgãos de defesa do idoso e profissionais da assistência social e de áreas afins. [\(Leia na íntegra\)](#).

Ministério Público do Mato Grosso do Sul

Campanha “Junho Prata” auxilia na visibilidade para os idosos em Mato Grosso do Sul - Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluem que o Brasil tem hoje 33 milhões de pessoas idosas, e que naturalmente os números só crescem, tendo uma relação de aumento de 4% ao ano. No Estado de Mato Grosso do Sul são 412 mil pessoas com 60+, o que equivale a 15% da população, ou seja, a cada 20 sul-mato-grossenses, três têm 60 anos ou mais. ([Leia na íntegra](#)).

Ministério Público do Pará

MPPA expede recomendação para garantir moradia a idosos e pessoas com deficiência em situação de rua - O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) por meio da 3ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, das Pessoas com Deficiência, do Idoso e dos Órfãos, Interditos e Incapazes de Abaetetuba, Adriana Passos Ferreira, expediu recomendação à Prefeitura Municipal para garantir os direitos de moradia das pessoas idosas e de pessoas com deficiência em situação de abandono e rua no município ([Leia na íntegra](#)).

Ministério Público da Paraíba

Promotoria de Caaporã cobra atendimento prioritário a idosos, nos serviços de saúde - O Ministério Público da Paraíba (MPPB) recomendou aos prefeitos e secretários de saúde dos municípios de Caaporã e Pitimbu, no Litoral Sul do Estado, que garantam o atendimento preferencial imediato e individualizado às pessoas com 60 anos ou mais de idade nos serviços de saúde, bem como o atendimento prioritário às pessoas com mais de 80 anos, inclusive em relação aos demais idosos, exceto em caso de emergência nos postos de saúde e hospitais dos municípios. As informações sobre o atendimento preferencial e prioritário desse público deverão estar em cartaz afixado em local visível ao público. As medidas também valem para os serviços médicos particulares. ([Leia na íntegra](#)).



Comitê interinstitucional fiscaliza duas instituições para idosos, em Cabedelo - O Comitê Interinstitucional de Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpi) - órgão coordenado pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) - realizou, nesta quarta-feira (7/06), inspeções em mais duas instituições de longa permanência para idosos (Ilpis). Desta vez, foram vistoriados o Lar Lucinha Passos e a Comunidade Católica Fanuel, localizados no município de Cabedelo, na Região Metropolitana de João Pessoa. ([Leia na íntegra](#))

Ministério Público da Paraná

Promotoria de Justiça de São João do Ivaí obtém liminar que obriga o Município a fornecer medicamentos básicos a idosos abrigados em ILPI - Em São João do Ivaí, no Norte Central do estado, o Judiciário deferiu liminar que determina que o Município garanta o fornecimento de medicamentos a 13 idosos que vivem em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) da cidade. A decisão atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca, e impõe a disponibilização imediata dos remédios, em no máximo dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil em desfavor da prefeita, da secretária municipal de Saúde e da farmacêutica responsável pela farmácia municipal. ([Leia na íntegra](#)).

Ministério Público do Rio de Janeiro

ERBB cria grupo de pesquisa direcionado aos direitos da pessoa idosa - O Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (IERBB/MPRJ) criou um grupo de pesquisa sobre “Contenção de Pessoas Idosas como Forma de violação de Direitos Humanos”. Abrigada na Gerência de Pesquisa e Estudos da Escola, a iniciativa visa ao aprofundamento da reflexão intelectual sobre o tema. ([Leia na íntegra](#))



Ministério Público de Santa Catarina

Falta de infraestrutura e reprodução de preconceitos são desafios ao combate da violência contra a pessoa idosa, alerta MPSC - Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa: com estimativas sobre o envelhecimento da população brasileira nas próximas décadas, MP catarinense destaca iniciativas e atitudes que podem ajudar a corrigir problemas estruturais e estigmas culturais que ameaçam direitos das pessoas idosas. ([Leia na íntegra](#))

Fraiburgo: Promotora de Justiça conversa com mulheres sobre atuação do MPSC e Estatuto da Pessoa Idosa - Recentemente, a Promotora de Justiça da 2ª Promotoria da Comarca de Fraiburgo, Rafaela Mozzaquattro Machado, foi até o campus do Instituto Federal Catarinense (IFC) para conversar com moradoras da capital nacional da maçã sobre a atuação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em defesa da sociedade. A maior parte do diálogo girou em torno de questões relacionadas ao Estatuto da Pessoa Idosa. ([Leia na íntegra](#))

Ministério Público de São Paulo

Promotoria recomenda adoção de medidas que regularizem instituição para idosos em Itirapuã - Fazer com que a Prefeitura de Itirapuã, a gestão municipal de assistência social e o dirigente do Lar São Francisco de Assis Antônio Batista de Lima regularizem o funcionamento da instituição de longa permanência para idosos, garantindo o respeito aos direitos dos acolhidos, é o objetivo de recomendação expedida nesta terça-feira (20/6) pela Promotoria de Patrocínio Paulista. ([Leia na íntegra](#))



04 - TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Acre

Justiça reconhece hipervulnerabilidade de idosa com mais de 80 anos que foi vítima de fraude - O Código de Defesa do Consumidor aduz que o prestador de serviços tem responsabilidade objetiva pelos danos causados ao consumidor decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas ([Leia na íntegra](#)).

Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Justiça do DF condena homem por injúria contra idoso com deficiência A Vara Criminal de Sobradinho condenou homem por injúria contra pessoa idosa com deficiência. A decisão fixou pena de um ano de reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 3 mil. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma restritiva de direitos, tendo em vista que estavam presentes os requisitos legais. ([Leia na íntegra](#)).

Hospital deverá indenizar idosa por queda durante procedimento de pesagem - A 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal manteve, por unanimidade, decisão que condenou o Hospital Lago Sul S/A ao pagamento de indenização a paciente, devido à queda durante procedimento de pesagem. A decisão fixou o valor de R\$ 2 mil por danos morais. ([Leia na íntegra](#)).

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Justiça determina que plano de saúde realize exame de tomografia em idosa acometida com câncer - A 18ª Vara Cível de Natal determinou, em caráter de urgência, que um plano de saúde de Natal autorize, em três dias, a realização do exame de "Tomografia Computadorizada Helicoidal de Abdome - URO-TC", sob pena de bloqueio dos valores necessários para custeio do exame em benefício de uma aposentada. A paciente tem, atualmente, 81 anos de idade, é portadora de doença gravíssima, Câncer de Bexiga, patologia de alto grau e com rápida progressão. [\(Leia na íntegra\)](#).

Justiça determina que Estado forneça medicamento para tratar doença oftalmológica em idosa de Parnamirim - A Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Parnamirim confirmou liminar de urgência que determinou que o Estado do Rio Grande do Norte forneça ou custeie, no prazo de dez dias, o medicamento Lucentis (Ranibizumabe), em benefício de uma idosa que está acometida com Transtorno Especificados da Retina, conforme prescrição médica. [\(Leia na íntegra\)](#).

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Por erro no dever de informar, operadora de turismo terá que indenizar idosa - Aos 73 anos de idade, uma idosa teve viagem à Europa frustrada por erro no dever de bem informar de uma operadora de turismo. Por conta disso, a 3ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) decidiu manter a sentença que condenou a operadora a devolver o valor do pacote turístico e pagar mais R\$ 4 mil por dano moral. Todos os valores serão acrescidos de juros e de correção monetária, conforme estipulado pelo magistrado de 1º grau. [\(Leia na íntegra\)](#).

Hotel indenizará em R\$ 250 mil família de idoso esmagado contra uma árvore - A 2ª Vara Cível da comarca de Joaçaba, no Meio-Oeste, condenou um empreendimento hoteleiro da região do Vale do Itajaí a indenizar uma família em R\$ 250 mil, a título de danos morais. Esposa, mãe, filha e neto viram seu familiar, um idoso, ser esmagado contra uma árvore depois de ser atropelado pela van que transportava os hóspedes. O juízo ainda condenou o hotel ao pagamento de pensão vitalícia à esposa da vítima. Aos valores serão acrescidos juros e correção monetária. ([Leia na íntegra](#)).

Tribunal de Justiça de São Paulo

Idosa terá posse de imóvel até julgamento de união estável, decide TJSP - A 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP reconheceu o direito real de habitação de uma idosa e garantiu a posse de um imóvel até o julgamento de união estável. O entendimento é de que a medida evita eventuais prejuízos. ([Leia na íntegra](#)).

Mantido júri que condenou homem pelo feminicídio de companheira idosa - A 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve júri realizado na Comarca de Mogi das Cruzes condenando um homem pelo feminicídio da própria companheira, mulher idosa 42 anos mais velha, e pelos crimes de furto simples e qualificado. As penas totalizam 32 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão em regime fechado, além do pagamento de multa. ([Leia na íntegra](#)).

05 - CONSELHOS NACIONAIS

Conselho Nacional do Ministério Público

CNMP restabelece envio de relatórios de inspeções em instituições de longa permanência para idosos - O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, proposta de resolução que restabelece o preenchimento e o envio dos relatórios de inspeções realizadas pelos membros do Ministério Público nas instituições de longa permanência. Com a medida, foi revogado o inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208/2020, que havia suspenso, de forma excepcional e temporária, a obrigatoriedade da remessa dos relatórios das inspeções durante a pandemia de Covid-19. ([Leia na íntegra](#)).

Atenção à pessoa idosa: comissão recebe sugestões para política judiciária - Representantes de entidades da sociedade civil e do Sistema de Justiça apresentaram suas contribuições à minuta que resultará na criação da Política Judiciária de Atenção à Pessoa Idosa e suas interseccionalidade. A audiência pública, realizada na última quinta-feira (15/6), data em que também se celebra Dia Internacional da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, reuniu autoridades e especialistas com o único objetivo de aprimorar a redação da proposta. ([Leia na íntegra](#)).

06 - NOTÍCIAS DIVERSAS



Avó de 95 anos não é obrigada a pagar faculdade de medicina de neto



Idoso será ressarcido após plano de saúde cobrar aumento abusivo



Empresa é condenada a pagar dano moral por etarismo



Erro em cancelamento de benefício do INSS gera dano moral previdenciário